



QUEM SÃO OS POUCOS DONOS DAS TERRAS AGRÍCOLAS NO BRASIL - **O MAPA DA DESIGUALDADE**

Luís Fernando Guedes Pinto ¹, Vinicius Guidotti de Faria ^{1,2}, Gerd Sparovek ², Bastiaan Philip Reydon ^{3,4},
Claudia Azevedo Ramos⁵, Gabriel Pansani Siqueira ³, Javier Godar ⁶, Toby Gardner ⁶, Raoni Rajão ⁷,
Ane Alencar ⁸, Tomás Carvalho ¹, Felipe Cerignoni ¹, Isabella Mercuri Granero ¹, Matheus Couto ⁹

¹ Imaflora; ² GeoLab (ESALQ/USP); ³ IE/NEA (Unicamp); ⁴ Kadaster; ⁵ NAEA (UFPA); ⁶ SEI (Suécia); ⁷ LAGESA (UFMG);
⁸ IPAM; ⁹ UNEP- WCMC.

VERSÃO RESUMIDA

A VERSÃO COMPLETA COM OBJETIVOS ESPECÍFICOS, MÉTODOS, TODOS OS RESULTADOS, DISCUSSÃO E REFERÊNCIAS ESTÁ DISPONÍVEL, [**AQUI**](#).

INTRODUÇÃO

A desigualdade da distribuição da propriedade da terra no Brasil é uma das mais acentuadas do mundo, sendo associada a processos históricos de grilagem, conflitos sociais e impactos ambientais. A recente revisão de regulações que tratam da situação fundiária de áreas protegidas e de terras não destinadas e as de regularização fundiária pode acentuar este quadro.

Até o momento a distribuição da propriedade de terra no Brasil tem sido avaliada a partir dos dados dos estabelecimentos rurais dos Censos Agropecuários do IBGE. Este estudo tem como objetivo analisar pela primeira vez a distribuição da propriedade de terras agrícolas no Brasil com base em informações geográficas explícitas de imóveis rurais usando a malha fundiária do [**Atlas da Agropecuária Brasileira**](#). Para tanto utilizamos os dados georreferenciados de imóveis rurais do SIGEF/INCRA, CAR e Programa Terra Legal titulado e de assentamentos rurais do INCRA. Cada polígono de assentamento foi dividido em lotes individuais.



RESULTADOS

Encontramos 5,3 milhões de imóveis rurais ocupando uma área de 422 milhões de ha, com área média de 102 ha contra 5 milhões de estabelecimentos rurais ocupando 350 milhões de ha, com área média de 99 ha de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE.

O índice de Gini-total da distribuição da posse da terra no Brasil foi de 0,73, confirmando a alta desigualdade da distribuição da posse da terra do país. O índice varia entre regiões e Estados, sendo mais alto no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e na região do Matopiba, onde predomina a produção de commodities em grandes imóveis. É mais baixo nos Estados com maior presença da agricultura familiar e maior diversificação da produção, como Santa Catarina e Espírito Santo (Figura 1).

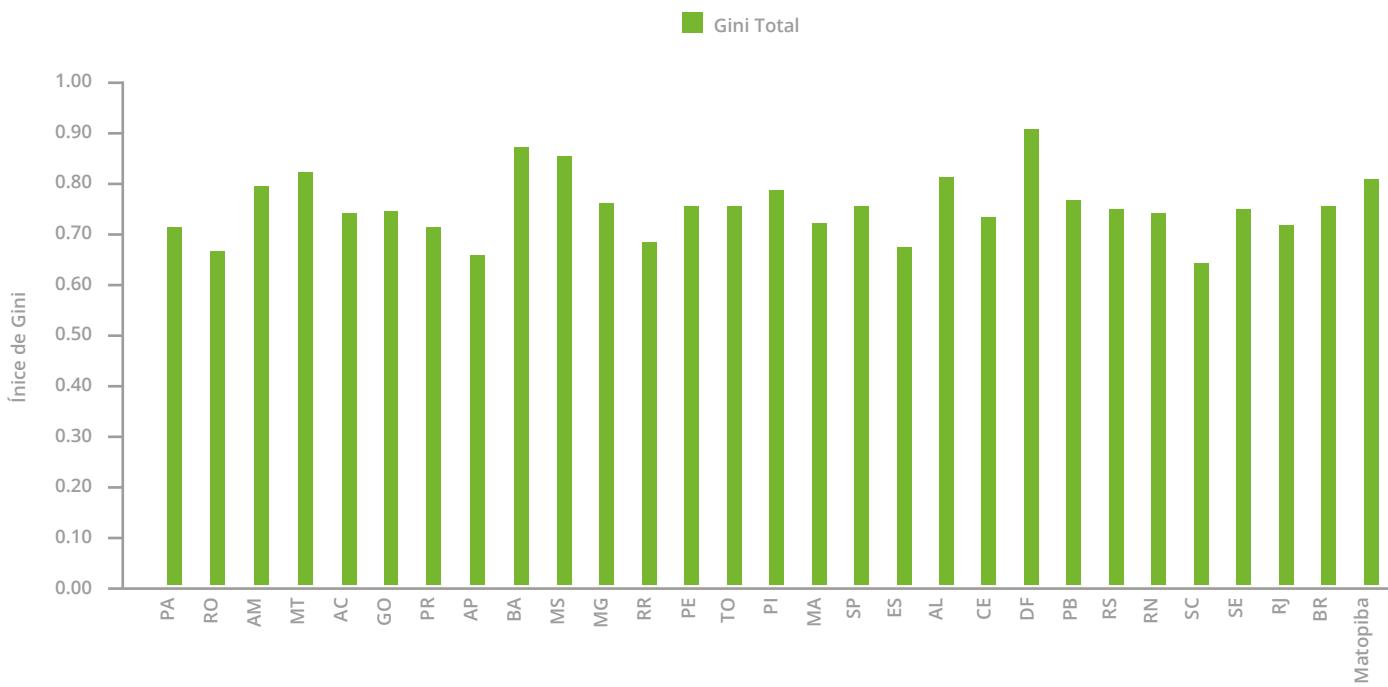


Figura 1. Índice de Gini-total (com imóveis privados e lotes de assentamentos) de distribuição da posse da terra no Brasil, por estado e para o Matopiba segundo dados da malha fundiária.



SUSTENTABILIDADE EM DEBATE

A desigualdade também se revela nos índices que revelam a área ocupada pelo estrato dos 10% maiores imóveis contrapostos à área ocupada pelo estrato dos 90% menores imóveis. O estrato dos 10% maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área. Em todos os estados brasileiros os 10% maiores imóveis detêm mais de 50% da área. Em 6 estados e no Matopiba os 10% maiores imóveis detêm mais de 70% da área. (Figura 2).

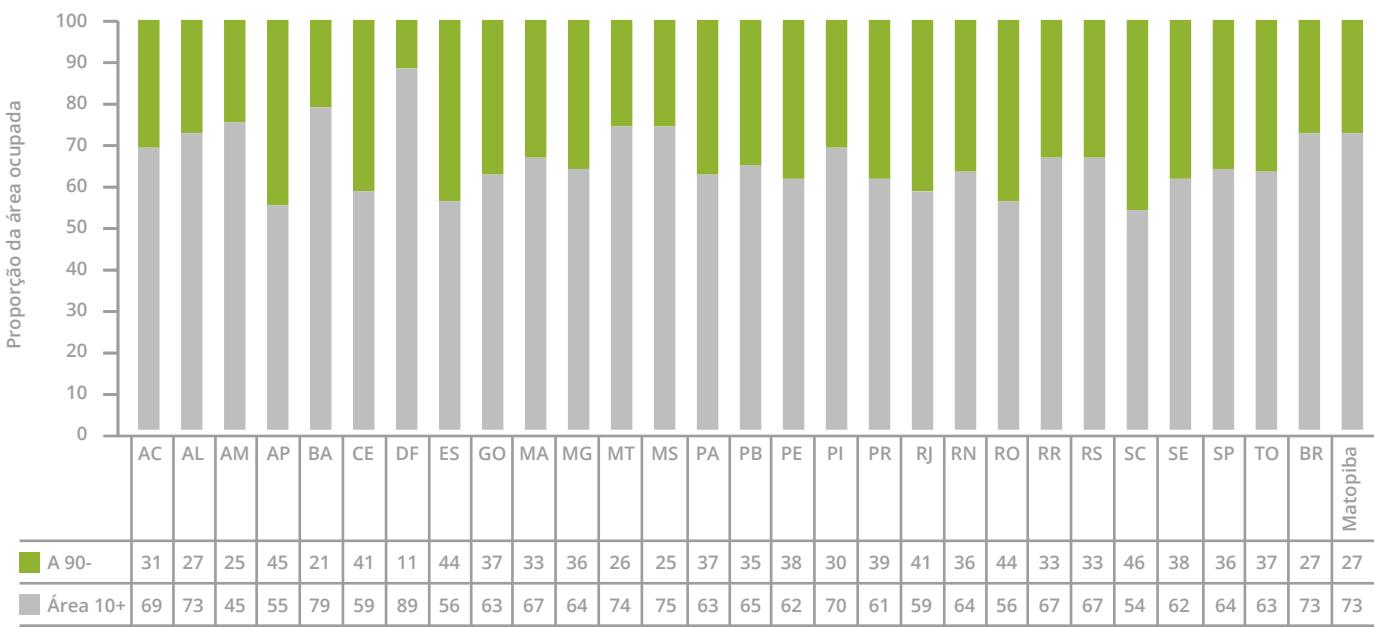


Figura 2. Proporção da área ocupada pelos 10% maiores (A10+) e 90% menores (A90-%) imóveis da malha fundiária.



SUSTENTABILIDADE EM DEBATE

Um quarto (25%) de toda a terra agrícola do Brasil é ocupada pelos 15.686 maiores imóveis (0,3% do total de imóveis) do país e se concentram principalmente no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Matopiba. Para alcançar outros 25% da área total é necessário somar as áreas dos 3.847.937 menores (77% do total de imóveis), sendo a maior presença desses pequenos imóveis nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste (Figura 3).

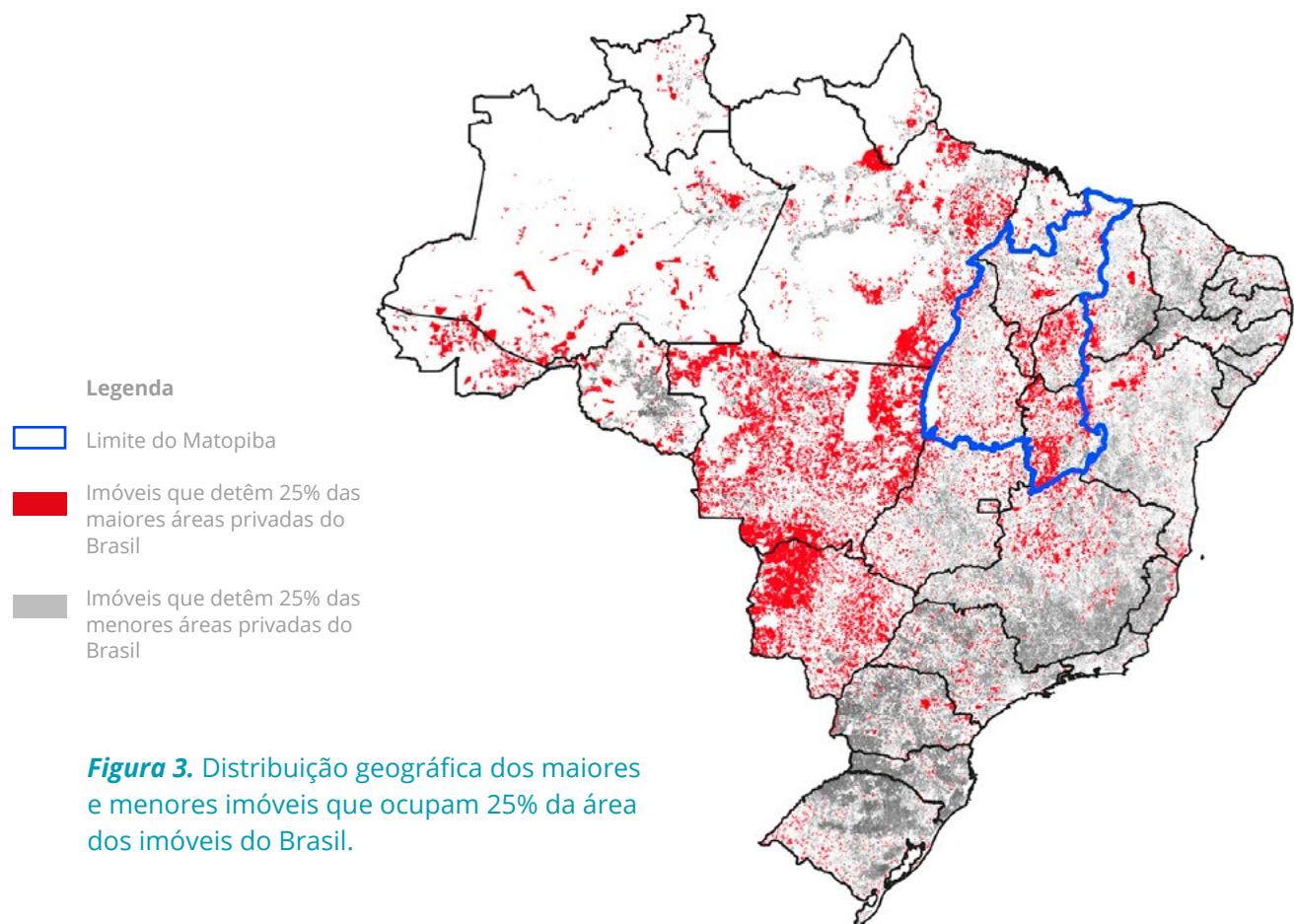


Figura 3. Distribuição geográfica dos maiores e menores imóveis que ocupam 25% da área dos imóveis do Brasil.

A distribuição desigual da posse varia entre estados da mesma região, como no caso de uma alta desigualdade no Rio Grande do Sul (Gini 0,73) e uma desigualdade menos intensa (mesmo que ainda alta) em Santa Catarina (Gini 0,63). Todavia é possível identificar variações entre microrregiões dentro do mesmo estado (Figura 4) e regiões do país. Destaca-se a maior desigualdade no Centro-Oeste e no Nordeste e uma menor na região Sul. Mesmo assim, para todas as regiões poucos imóveis (17 para a região Norte e 125 para o Centro-oeste) ocupam mais de metade da área dos imóveis da região (Tabela 2 e Figura 5).

SUSTENTABILIDADE EM DEBATE

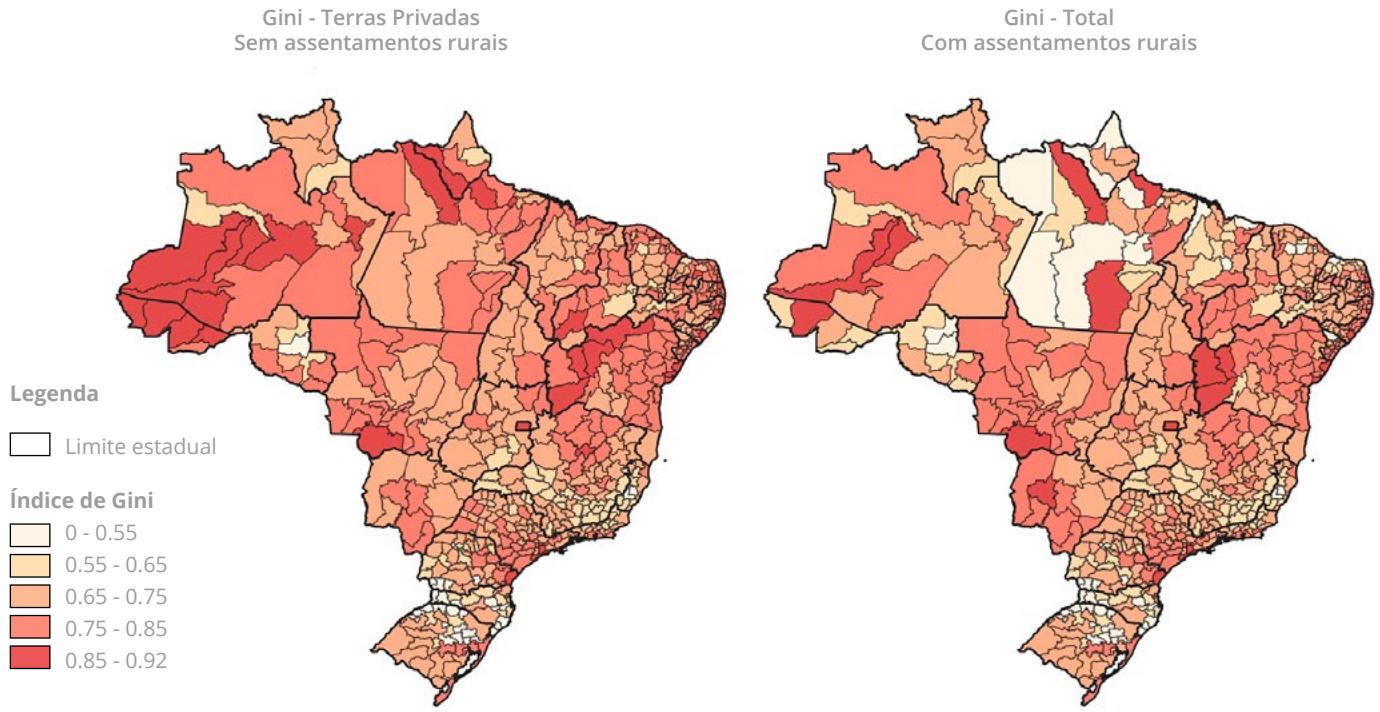


Figura 4. Índice de Gini-total e Gini-terrás privadas de distribuição da posse da terra da malha fundiária por microrregião do IBGE.

Tabela 2. Área ocupada pelos estratos dos 5%, 50% e 90% maiores imóveis da malha fundiária por região e país.

Estrato	5% mais		50% mais		90% mais	
	País ou região	Número de imóveis	Área ocupada (%)	Número de imóveis	Área ocupada (%)	Número de imóveis
Norte	17	57.38	23.591	91.54	370.861	99.84
Nordeste	145	62.17	33.382	95.93	534.825	99.89
Centro-Oeste	125	59.22	14.046	95.85	126.616	99.85
Sudeste	337	50.90	55.738	93.81	461.131	99.73
Sul	448	52.49	54.095	90.85	605.645	99.46
Brasil	129	62.73	31.973	95.65	483.692	99.86



SUSTENTABILIDADE EM **DEBATE**

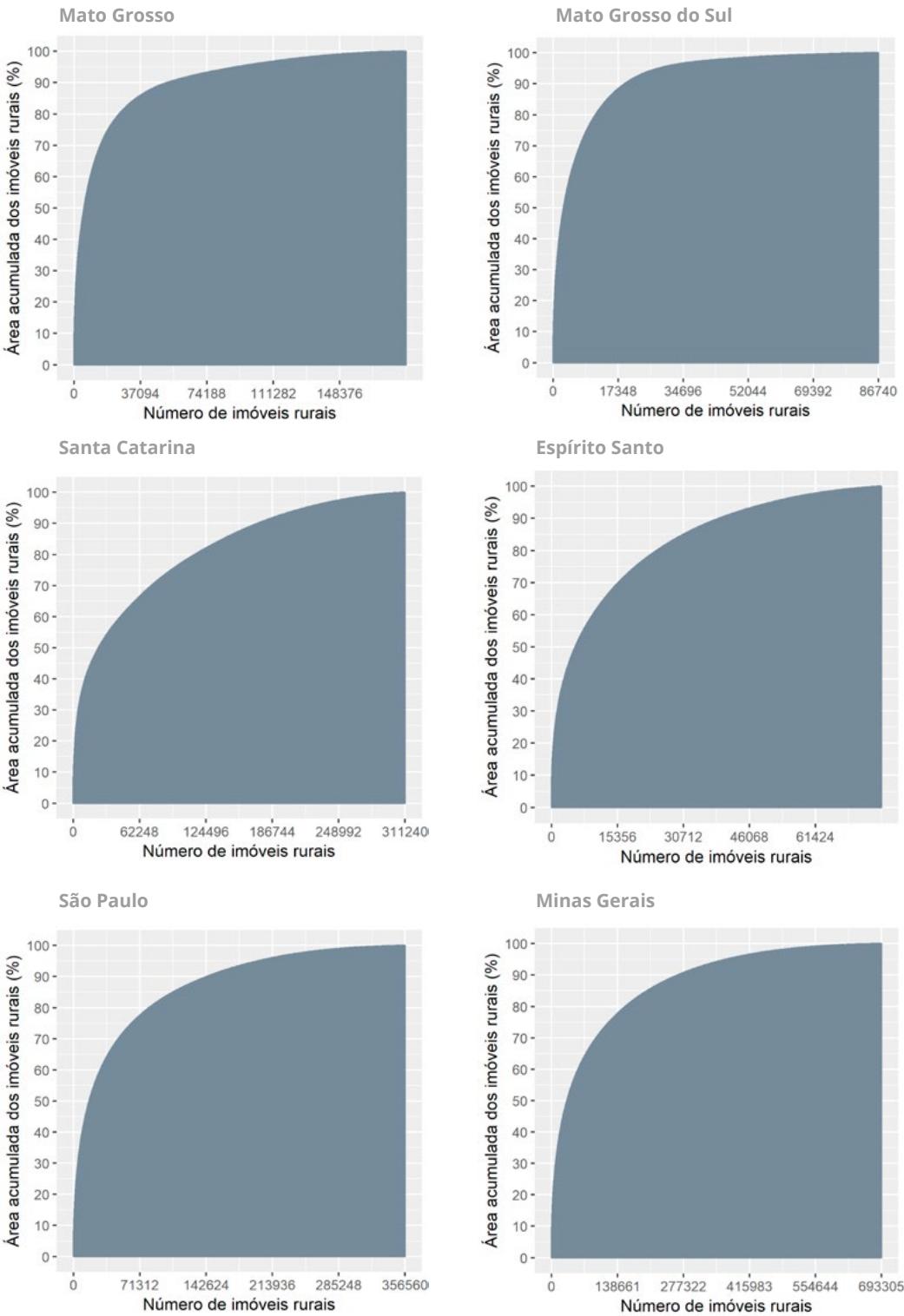


Figura 5.
Distribuição do acúmulo da área ocupada em função do número de imóveis para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais.

SUSTENTABILIDADE EM DEBATE

O caso do Estado do Pará

A etapa de agregação dos imóveis resultou em 719 registros no grupo único CNPJ, o que significa que 1.896 CARs pertencem a empresas com mais de uma propriedade rural. Para os imóveis do grupo único CPF a agregação resultou em 99.960 registros, indicando que 14.212 CARs pertencem a pessoas com mais de uma propriedade rural. O índice de Gini-total do estado (com os assentamentos individualizados por lotes) ficou em 0,69 enquanto o Gini-terras privadas (sem lotes de assentamentos e polígonos dos assentamentos) saltou para 0,80. Com o agrupamento de CPFs e CNPJs, o Gini aumentou para 0,85 (Figura 6). Ressaltamos que consideramos que o índice agrupado por CPF e CNPJ esteja subestimado e não revele a integridade da desigualdade da posse da terra, pois não agregamos os imóveis a partir dos sobrenomes de famílias ou dos CNPJ de empresas diferentes, mas de mesmos donos.

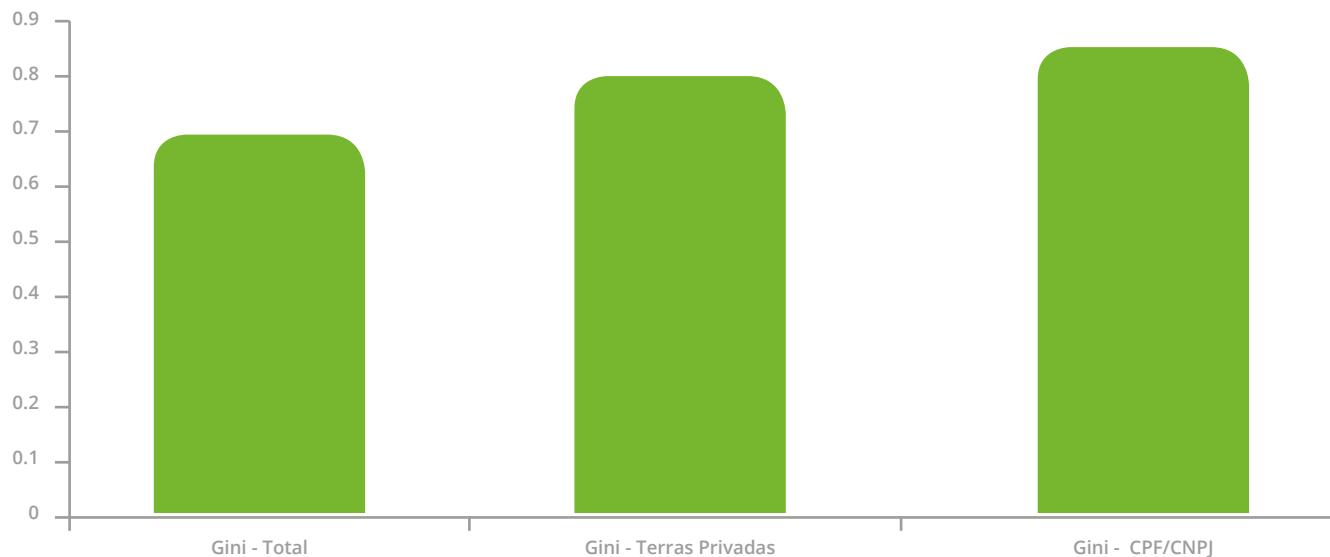


Figura 6. Índice de Gini-total, Gini terras privadas e Gini-CPF/CNPJ de imóveis do estado do Pará.



SUSTENTABILIDADE EM DEBATE

O maior Gini-CPF/CNPJ demonstra que a distribuição da terra no Brasil é ainda mais desigual do que tem sido calculado anteriormente, apesar dos cálculos existentes apontarem que o Brasil tem a distribuição da terra das mais desiguais entre as demais potências agrícolas mundiais, tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

A tendência do Gini-total ser menor que o Gini-terras privadas foi encontrada em praticamente todos os Estados (detalhes no estudo completo). Todavia a diferença entre ambos é pequena, concordando com a análise de diversos estudos que apontam que o Brasil nunca realizou uma verdadeira reforma agrária e mantenha a sua estrutura fundiária muito desigual ao longo de sua história. Pelo contrário, priorizou a criação de assentamentos em terras públicas ou em regiões com terras com processos de regularização fundiária com documentação mais frágil ao invés de desapropriar em grande escala os imóveis de titulação antiga e legitimada que não cumprem com o seu papel social, como definido na Constituição Brasileira e no Estatuto da Terra.

Tal escolha de não aplicação destes e outros instrumentos de política agrária e o fortalecimento e priorização da política agrícola para grandes produtores empresariais de fato alimentou um processo de especulação imobiliária, grilagem, violência, desmatamento, concentração da produção e renda agropecuária e aumento da desigualdade e exclusão social. Em resumo, uma política de crescimento econômico ao invés de desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, as seguidas medidas de regularizações fundiárias com mudanças de marcos temporais e aumento de áreas a serem regularizadas reforçam este ciclo predatório (leis 11.952/2009, 13.465/2017 e Medida Provisória 910/2019), como já apontado por outros estudos e manifestações. Em adição a estes argumentos, os tamanhos das áreas sujeitas à regularização são muito maiores do que os imóveis médios encontrados no nosso estudo. Em oposição aos 1.500 e 2.500 ha sujeitos à regularização da lei 13.465/2017 e da MP 910/2019, encontramos que a área média dos imóveis brasileiros é de 78,6 ha e variam de 21,12 ha no Sergipe a 359,50 no Mato Grosso do Sul. Portanto, os parâmetros destas regulamentações alcançam um grupo que não representa a média e muito menos os marginalizados dos proprietários de terra do Brasil.

Portanto, esforços para uma política agrária (de terras) deveriam enfatizar a distribuição estrutural de imóveis privados com uso ilegal ou irresponsável ao invés de medidas oportunistas e recorrentes que alteram acordos estabelecidos e alimentam um ciclo predatório, excludente e violento de ataque a diversas categorias de terras públicas e grupos sociais vulneráveis.



SUSTENTABILIDADE EM DEBATE

Realização:

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola IMAFLORA.

Sobre a série:

A série SUSTENTABILIDADE EM DEBATE é uma iniciativa do Imaflora que busca sistematizar e gerar conhecimento sobre sustentabilidade, inovação, conservação e desenvolvimento para os setores de florestas e agricultura. Engloba trabalhos de sistematização de experiências, análise de resultados de projetos, novos métodos e propostas de políticas.

Temas e áreas de interesse: gestão florestal e agrícola, conservação de recursos naturais, produção florestal e agrícola, cadeias produtivas, políticas públicas para a gestão e conservação, instrumentos de mercado, áreas protegidas, trabalho e renda, direitos ligados ao uso da terra.

Conselho Editorial:

Luis Fernando Guedes Pinto (Imaflora) e Gerd Sparovek (Esalq-USP).

Edição:

Thiago Olbrich.

Ficha catalográfica:

QUEM SÃO OS POCOS DONOS DAS TERRAS AGRÍCOLAS NO BRASIL - O MAPA DA DESIGUALDADE | Luís Fernando Guedes Pinto, Vinicius Guidotti de Faria, Gerd Sparovek, Bastiaan Philip Reydon, Claudia Azevedo Ramos, Gabriel Pansani Siqueira, Javier Godar, Toby Gardner, Raoni Rajão, Ane Alencar, Tomás Carvalho, Felipe Cerignoni, Isabella Mercuri Granero, Matheus Couto | Sustentabilidade em Debate, Número 10 - Piracicaba, SP: Imaflora, 2020. 21p.

1. Brasil; 2. Terra; 3. Gini; 4. Agricultura; 5. Matopiba.

Apoio e agradecimentos:

Prof. Rodolfo Hoffmann (Esalq-USP) pelo apoio em aspectos conceituais e metodológicos e revisão do manuscrito.

Agradecemos apoio do *UK Research and Innovation's Global Challenges Research Fund (UKRI GCRF)* por meio do projeto *Trade, Development and the Environment Hub project* (projeto número ES/S008160/1)



Copyright© 2020 Imaflora®

Para democratizar a difusão dos conteúdos publicados no Imaflora, as publicações estão sob a licença da Creative Commons (www.creativecommons.org.br) que permite o seu livre uso e compartilhamento.

Sobre o Imaflora:

O Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995 para promover conservação e uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário.

instagram.com/imaflorabrasil

imaflora.org/noticias

facebook.com/imaflora

twitter.com/imaflora

+55 19 3429 0800

linkedin.com/in/imaflora

imaflora@imaflora.org

youtube.com/imaflora

www.imaflora.org

Realização:



Articulando diálogos.
Cuidando da Terra.